



**CÂMARA MUNICIPAL DE  
SÃO PAULO**

**SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR**  
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO  
AMBIENTE

**PRESIDENTE: RUBINHO NUNES**

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA

LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo

DATA: 04-10-2023

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Manifestação fora do microfone
- Exibição de imagens

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Bom dia a todos.

Na qualidade de presidente da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, declaro abertos os trabalhos da 47ª audiência pública de 2023.

Agradeço a presença, e, desde já, peço desculpas pelo breve atraso.

Estão presentes os Vereadores Arselino Tatto e Rubinho Nunes.

Informo que esta reunião está sendo transmitida ao vivo pelo portal da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online](http://www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online); pela Rede Câmara SP, canal digital 8.3; e pelos canais da Câmara Municipal de São Paulo no YouTube e no Facebook.

Esta audiência vem sendo publicada desde o dia 30 de setembro no *Diário Oficial da Cidade*; e publicada no dia 30 de setembro no jornal *O Estado de S.Paulo*; e, no dia 2 de outubro, no jornal *Folha de S.Paulo*.

As inscrições para pronunciamento foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, no endereço [www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual](http://www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual); e também podem ser feitas neste momento na Secretaria da Comissão, à nossa direita.

Foram convidados para esta audiência os Srs. Fabricio Cobra, Secretário da Casa Civil; Edsom Ortega Marques, Secretário Executivo de Projetos Estratégicos – SEPE/SGM; Luis Felipe Vidal Arellano, Secretário Municipal da Fazenda; Vereadores da Câmara Municipal de São Paulo e público em geral.

Passemos à pauta: PL 448/2023, do Executivo, que dispõe sobre a isenção de imposto predial e territorial urbano – IPTU – nos imóveis que especifica.

Registro a presença do Sr. Thiago Rubio Salvioni, Subsecretário da Receita Municipal da Secretaria Municipal da Fazenda, a quem, desde já, agradeço pela disponibilidade de estar conosco. Muito obrigado, Thiago. Também registro a presença do Sr. Ricardo Moura, assessor da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos. Muito obrigado, Ricardo.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** – Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Registro a presença dos Vereadores Sansão Pereira, Rodrigo Goulart e Fabio Riva pelo sistema virtual.

Sendo de conhecimento público o texto do substitutivo desta Comissão, publicado no *Diário Oficial* ainda esta manhã, inicialmente, vou passar às inscrições *on-line*.

Tem a palavra o Sr. Daniel, estudante. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra o Sr. Antônio Tadeu dos Santos. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra o Sr. Jorge Elias. (Pausa) Ausente.

Tem a palavra o Sr. Marcos Novaes Ceravolo, pelo prazo de três minutos, na forma regimental. (Pausa) Sem manifestação.

Estão superadas as inscrições *on-line*.

Pergunto aos Vereadores presentes se algum Colega gostaria de fazer uso da palavra. (Pausa) Não há inscritos.

Antes de dar abertura aos inscritos presenciais, gostaria de fazer um esclarecimento sobre o texto; e, desde já, agradecer ao Executivo pela compreensão de expandir a área de isenção.

Eu entendo que este é um projeto extremamente importante para a cidade de São Paulo, necessário. E volto a dizer, assim como já disse em outras oportunidades: este projeto é o mínimo do mínimo que pode ser feito pelo Executivo. Eu não acho sequer que é o momento de festejar, mas, sim, de nós, como representantes da população, pedir desculpas aos senhores que moram na região do centro de São Paulo, porque a situação que temos hoje na cracolândia é calamitosa, e é resultado de anos e anos de péssima política pública, especialmente, de um fracasso no combate ao uso de drogas e ao tráfico na região central.

Registro a presença, e agradeço, do Sr. Fabricio Cobra.

Este projeto traz para mim uma demonstração de sensibilidade do Executivo, porque passa a atrair para si a responsabilidade de resolver o problema, uma vez que deixa de arrecadar em uma região importante de arrecadação para a Prefeitura, e passa a ter que agir de maneira ativa e efetiva para combater o fluxo, combater o tráfico, e voltar a trazer segurança para a região

central.

Eu sei que esse projeto faz parte de uma série de medidas que vem sendo adotadas pelo Executivo na região central – Requalifica Centro, PIU Central; agora, a isenção de IPTU. Mas, como sempre, nunca é demais destacar a segurança – medidas intensivas a serem adotadas contra o tráfico, contra os usuários. E política de tolerância zero, na minha leitura, é a forma essencial para resgar a qualidade de vida e a segurança das pessoas no centro de São Paulo. Temos que mudar os olhares: deixar de olhar para criminoso como vítima, e olhar para as verdadeiras vítimas da criminalidade, que são os moradores, os empresários, os empreendedores, os comerciantes, vítimas de anos de péssima gestão, [cujos problemas], agora, começam a ser resolvidos.

Eu tomei o cuidado de destacar que, na emenda que apresentamos, alguns logradouros foram expandidos para 100% de IPTU: imóveis da esquina da Rua Santa Ifigênia até a Rua dos Gusmões; imóveis da esquina da Rua Aurora até a Rua Couto Magalhães. E ainda foram contemplados, em emenda, com 50% de desconto no IPTU, o trecho da Rua Aurora até a Rua Gal. Osório; trecho da Rua Triunfo até a Couto Magalhães; imóveis da esquina da Barão de Limeira até a Rua dos Gusmões; imóveis da esquina da Rua Osório até a Rua Santa Ifigênia; trecho da Rua dos Andradas até a Rua Casper Líbero; Rua Santa Ifigênia até a Rua Vitória; imóveis de esquinas da Rua Mauá até a Couto Magalhães; e imóveis de esquina da Rua Timbiras até a Rua Couto Magalhães.

Na minha leitura, esse avanço no projeto é justamente uma demonstração da participação das pessoas na última audiência pública, que, em contato com os Vereadores, permitiu que o Executivo ampliasse o projeto.

Nesse momento, eu passo a palavra ao Secretário Fabricio Cobra, para que faça as suas explanações iniciais. Na sequência, passaremos aos inscritos.

Registro a presença da Sra. Denise Ramos, Chefe de Gabinete da Casa Civil, cuja presença agradeço desde já.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Obrigado, Vereador Rubinho, Presidente. Bom

dia.

Vejo o Líder do Governo, Vereador Fabio Riva, presente à audiência, os demais Vereadores, todos os demais presentes, que vivem e trabalham na região da Santa Ifigênia, na região central; ainda, membros do governo – Denise, que é Chefe de Gabinete da Casa Civil; Thiago, Subsecretário da Fazenda, que foi muito importante na construção desse substitutivo que hoje está sendo apresentado pela Comissão de Política Urbana, pelos Vereadores, com todo o apoio e suporte tanto da Fazenda, na pessoa do Thiago como na do Ricardo, que trabalha na Secretaria de Assuntos Prioritários, que faz todo o acompanhamento do Programa Redenção e o acompanhamento do fluxo, da movimentação, dentro da Prefeitura.

Como Rubinho falou, esse projeto de lei, desde o início, é apenas um pequeno gesto, mas um gesto importante de reparação àqueles que sofreram com o fluxo. O principal da política pública, tanto da Prefeitura como do estado, nas pessoas dos Prefeito Ricardo Nunes e do Governador, são outras dezenas de ações que tem sido feitas para que consigamos enfrentar essa problemática. O Prefeito está enfrentando de frente essa questão, que, como disse o Rubinho, é uma questão de décadas até chegar à situação em que nos encontramos hoje; mas, pela primeira vez, temos um prefeito enfrentando de frente, sabendo de todas as questões e consequências que ainda acontecem lá, e com o apoio do Governador do Estado, Tarcísio de Freitas, que está junto com o Prefeito nesse trabalho e nesse empenho; e com o nosso apoio dos Vereadores da Base, dos Vereadores que têm trabalhado muito.

Aqui está o Rubinho, o Fabio Riva, o nosso Líder do Governo, que tem dado todo esse suporte, seja na aprovação de leis importantes, como foi o PIU Central, o Requalifica, como nesta lei do IPTU da Santa Ifigênia. Mas tem a Operação Delegada, que está em votação aqui; tem a lei do Triângulo. São muitas ações que a Prefeitura tem conduzido, e os Vereadores têm dado esse suporte importante.

Vereador Rubinho, a mudança foi de quase de 900 imóveis para quase cinco mil imóveis a serem beneficiados com essa alteração do projeto.

O que é importante destacar? Você falou muito na questão da Segurança, e o

Prefeito tem dado um foco muito importante, por exemplo, vamos falar da Lei da Operação Delegada. Nós tínhamos 1.200 vagas na cidade de São Paulo, 1.200 vagas distribuídas em várias subprefeituras, foi dobrado esse número, foi para 2.400 vagas, sendo que essas 1.200 vagas a mais foram todas para a região central. Hoje, mais de 1.500 vagas só na região central, que são ocupadas por 1.200 policiais militares atuando nessa Operação Delegada. Já é visível a alteração que está acontecendo com a presença da Segurança. A mesma coisa na DEAC, que é a Delegada da Guarda Civil. Na própria Guarda Civil o Prefeito colocou mais 1.000 novos guardas, desses 1.000, 400 só na região central, equipou a Guarda com novos veículos, com equipamentos de segurança. Então são ações importantes na Segurança. Vou comentar dos Vereadores Rodrigo Goulart e Sansão Pereira, que dão todo suporte para as ações do centro, uma ação efetiva na Segurança que também contribui e muito para que tenhamos alteração visível.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** - Aqui, cada dia tem uma cobrança.

Então esse projeto de lei que está aqui na Câmara, que altera os valores da Delegada, e os valores da DEAC vão fazer ações significativas. A Operação Delegada é voluntária, o policial adere se achar interessante, se ele achar que é um valor atraente para fazer Operação Delegada. Então os aumentos que a Câmara já aprovou em 2021 e 2022 já gerou maior interesse, e o projeto de lei que está em análise vai ampliar ainda mais os valores, tanto da Delegada quanto da DEAC. São ações efetivas e concretas para ajudar na questão da Segurança do centro.

Outro projeto importante que o Prefeito conseguiu colocar em prática é o Smart Sampa, que são as câmeras, que já começou especificamente na região central, já começaram as instalações, vamos ter a central de monitoramento no prédio dos Correios, vai ser São Paulo 24h, vai ajudar muito no combate, na questão da Segurança. Muitas cidades do mundo que implementaram na questão da Segurança o formato com câmeras, diminuiu muito a criminalidade, por isso a insistência na instalação que temos visto por vídeos enviados pelos

próprios munícipes. Então são pontos importantes. Rubinho.

Acho que é o projeto de hoje faz um gesto, tem a sensibilidade do Prefeito, faz essa reparação, mas o grande objetivo da política pública é enfrentar o problema, resolver e fazer a tão sonhada requalificação do centro de São Paulo, que tem ocorrido por outras ações em paralelo. Falemos da Lei do Retrofit, que os Vereadores aprovaram, são dezenas os projetos que estão sendo analisados pela Secretaria de Licenciamento, o Retrofit tem acontecido, prédios vazios há anos, alguns tivemos oportunidade de visitar, na Major Sertório, prédios comerciais há 10, 15 anos vazios estão se transformando em prédios residenciais. Então são várias ações em paralelo. O PIU Central também aprovado por esta Casa, a Lei de Uso que brevemente virá para cá, certamente vai ter uma série de ações voltadas para o centro de São Paulo. São então muitas ações, mas nessa questão da Segurança, o Prefeito e o Governador têm feito um empenho conjunto, e a gente vai ter avanços e esperamos que em breve a Casa também aprecie o projeto de lei da Operação Delegada, com os aumentos exatamente iguais, o que aumenta para o policial militar aumentará para a Guarda Civil Metropolitana, para que tenhamos empenho, ação conjunta para transformar o nosso centro de São Paulo.

Agradeço, Rubinho, pela oportunidade e todo trabalho que os Vereadores fizeram nesse novo substitutivo, o apoio dado pelo Executivo, como sempre colocamos tanto a Fazenda como as ações prioritárias para que tenhamos ampliação dos imóveis atendidos, mas sempre colocando em pauta que a prioridade são ações que vão transformar o centro, ações de incentivos, de benefícios, de transformação urbana para que tenhamos um centro cada vez mais recuperado.

Obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado, Cobra. Aproveito para agradecer e parabenizar pela força-tarefa que vocês estão fazendo no Executivo, como você bem destacou, para a região central.

O número em especial da Operação Delegada é surpreendente, acho que irá trazer resultados visíveis no curto e médio prazo para a população, que clama por essa atenção, e hoje

vejo vocês empenhados em parceria, o Executivo com a população civil da região.

Pergunto aos Vereadores se algum deles quer fazer uso da palavra? (Pausa)

Então, passemos aos inscritos. Sr. Manoel Romão de Souza, munícipe. Lembro aos senhores que o prazo para manifestação é de três minutos, na forma regimental. Sr. Manoel, o senhor tem a palavra. Obrigado pela presença.

**O SR. MANOEL ROMÃO DE SOUZA** – Bom dia pessoal. Quero cumprimentar o Vereador Rubinho Nunes, o representante do Executivo, Fabrício Cobra. Entendo que o Governo tem feito esforço grande para resolver as questões centrais, estamos caminhando para isso. Eu acho que foi criada uma frente parlamentar em defesa do centro, acho que o Vereador é uma dessas lideranças, e acho fundamental porque o centro não é só responsabilidade do Prefeito, mas é também dos Vereadores desta Casa, de todos nós.

Agora, em relação ao substitutivo, queria chamar a atenção de vocês. Por favor, tem um trecho pequeno que fica na Duque de Caxias, o primeiro quarteirão, o segundo quarteirão da Duque de Caxias, entrando à direita da Rio Branco foi atendido, o primeiro não foi atendido, sendo que na Duque de Caxias tem um CAPS, onde várias pessoas ficam lá direto; tem a Gusmões e lá o número de roubos, naquele trecho é muito grande. Eu solicitaria aos Srs. Vereadores a inclusão desse pequeno trecho da Rio Branco porque realmente, como foi dito e eu concordo, esse é um processo de redução de danos, minimizar o grande prejuízo que os proprietários tiveram. Estou aqui inclusive com o meu irmão que, atendendo pedido do Prefeito, investiu lá na reforma de um edifício e aquilo se deteriorou e ele não vai ter isenção, como as pessoas também daquele pequeno trecho não terão isenção. Então minha solicitação aos Srs. Vereadores é que inclua aquele pequeno trecho da Rio Branco, que sai da Duque de Caxias, entra a direita na Rio Branco, é o primeiro quarteirão, o segundo foi atendido indo na direção do Correio, mas o primeiro não foi.

Sr. Rubinho, o senhor que está nessa batalha – e eu o admiro por isso – sou defensor do centro há muito tempo, amo o centro, fico muito triste de ver em que situação nós estamos, apoio essa frente parlamentar em defesa do centro, mas especificamente hoje, gostaria que

aquele pequeno trecho fosse também incluído no substitutivo.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Manoel, agradeço a contribuição, vamos estudar a possibilidade.

Tem a palavra Sra. Roberta Ruiz da União Santa Efigênia.

**A SRA. ROBERTA RUIZ DONHA** – Bom dia a todos. Quero cumprimentar todas as autoridades presentes, moradores, presidentes de associações, empresários comerciantes. Queria agradecer à oportunidade e dizer que sinto muito que tenha sido publicada essa convocação, divulgada num sábado e eu só fiquei sabendo desta audiência na data de hoje, e sei de muitas pessoas que queriam estar aqui, participar, contribuir com suas opiniões. Inclusive, gostaria de pleitear, se fosse possível, agendem uma nova audiência para participação de todos os outros que gostariam de estar aqui, isso seria muito interessante.

O que eu queria dizer a respeito da emenda, é um detalhe que só observei hoje por conta de ter tomado conhecimento só hoje, é que essa isenção proposta nesta oportunidade está limitada nos casos em que é concedida em 100%, limita-se a 20 mil reais e a parcial de 50% está limitada a 10 mil reais.

Nós sabemos hoje que temos a maior parte dos imóveis na Santa Ifigênia pagando 500, 200 mil reais de IPTU. A isenção de 10 mil reais, infelizmente, não auxilia em absolutamente nada os empresários especificamente, talvez os moradores que têm IPTU um pouco mais baixo.

Hoje, na Santa Ifigênia, o metro quadrado de terreno está fixado em R\$ 17.500,00, salvo engano. Portanto, a isenção não beneficia sequer um metro quadrado de terreno na região.

A gente gostaria de ampliar esse debate em razão disso, porque, realmente, não vai favorecer, não vai ajudar os comerciantes que estão passando pela situação de queda de faturamento de mais de 50-60%.

A gente quer ampliar o debate e unir as nossas forças com esta Casa, para propor soluções que, realmente, possam auxiliar esses empresários continuarem com as suas atividades. Eles geram empregos, contribuem com o recolhimento de impostos. Isso interessa a

todos nós, tanto à Prefeitura de São Paulo quanto aos empresários e os trabalhadores que estão ali.

Eu gostaria de solicitar a V.Exas. que, antes de votarem no projeto, ampliarmos o debate, unindo força com os empresários para que possamos encontrar em conjunto uma solução que realmente favoreça a todos.

Sabemos que há uma limitação para a concessão das isenções, porque esbarramos na Lei de Responsabilidade Fiscal, razão pela qual deve ser feito com muita cautela. Por isso, a proposta dos empresários e dos presidentes das associações de forma a unirmos força.

Sabemos que V.Exas. estão dando o que é possível, obedecendo à Lei de Responsabilidade Fiscal, por isso a gente quer unir forças, não queremos só concessões, a gente quer contribuir de forma que, realmente, auxilie os empresários para que continuem no exercício de suas atividades.

---

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Roberta. Convido o Sr. Fabio Zorzo para sua fala.

**O SR. FABIO ZORZO** – Bom dia a todos. Sou Presidente da União Santa Ifigênia, vi a área de ampliação e como comerciante não estou contemplado. Isso é uma vergonha, a gente precisa pensar que eu não fui afetado pelo fluxo, empregando mais de 150 funcionários, acho que vocês estão convidando para que a gente feche o comércio. Estou aqui para ajudar, deixo muito claro.

Desde quando comprei a briga de melhorar o bairro de Santa Ifigênia disponibilizo totalmente nossa boa vontade de como podemos mudar o local. A gente precisa sentar com o Governo, Prefeitura, criar benefícios. Ao invés de perdermos 20 mil empregos, como aconteceu nesse período, a gente cria 40 mil empregos. Eu sei como fazer isso. Eu posso ajudar, só preciso do apoio de vocês.

Falar que não fui afetado pelo fluxo, não estou dentro da área, o meu comércio que emprega, não sei como que a gente chegou a esse resultado. Faço um pedido a todos os

Vereadores presentes para que a gente refaça isso, também peço que haja pessoas responsáveis da região, que a gente possa colocar exatamente o fluxo. Como que a gente vai fazer isso, incentivos fiscais corretos. Porque 10 mil reais para quem ganhou parcial, ou 20 mil, não significa nada.

Eu pago só de IPTU de um imóvel alugado 200 mil reais, não sou o proprietário. Esse benefício me ajudaria a manter o prédio mais um tempo, contratar mais gente, mas está difícil desse jeito. Eu não entendo... por que foi feito desse jeito?

Detalhe, foi publicado no sábado, dia 30, audiência de última hora. Estamos precisando de mais ajuda eu estou aqui para ajudar vocês, quero fazer o comércio ficar forte, quero empregar o usuário de droga, estou com essa bandeira. Infelizmente, não vejo ninguém me procurar, não há um vereador sequer sentado lá dizendo: Fabião, vamos aqui.

Eu estive na última, o Rubinho fez a Frente Parlamentar, participei e agradeço. Posso ajudar muito mais, tanto ao Rubinho, quanto à Prefeitura e ao Governo. Só não estou vendo essa união.

O nome da minha associação é União Santa Ifigênia, peço que o Governo faça união com a gente e entenda que estamos aqui para ajudar. Vou fazer aquela rua ser grande se vocês derem oportunidade junto com todo o comércio.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Fabio. Convido para sua fala o Sr. Antonio Camurça, munícipe.

**O SR. ANTONIO CAMURÇA** – Bom dia a todos. Hoje, nós estamos, mais uma vez, aqui para discutir a isenção do IPTU, devido ao problema da cracolândia, já que nós estamos no centro. Até agora a Prefeitura vem trazendo algumas soluções que não oferecem nenhum tipo de resultado. Mas hoje também venho trazer algumas ideias, para ajudar a identificar essa solução.

Venho pensando que só com a união das polícias que nós temos como a PM, Civil e GCM, com equipamentos e treinamento, poderemos combater definitivamente o tráfico de

drogas, porque esse é o maior problema que temos, o tráfico. Fico me perguntando como é tão difícil combater?

Precisamos sim combater de frente e não ser mais vítima do tráfico. Nós temos forças policiais para isso.

Outra solução seria trazer de volta as famílias dos usuários que devem sim entrar como uma forma de cooperação com a Prefeitura no tratamento dessas pessoas. A Prefeitura tem de dar a essas pessoas estrutura social, financeira, para que elas possam resgatar o seu ente querido, dando a ele o tratamento devido para não ficar mais na rua.

Outra coisa que quero comentar, foi falado na mesa, é que agora mais de quatro mil imóveis serão contemplados com essa isenção. Venho fazer uma pergunta: se deixou de arrecadar desses imóveis para onde vai o déficit? Vai para os outros municípios pagar essa conta? Será que outros cidadãos são responsáveis por isso?

Estamos vendo o centro se degradando aos poucos há anos, não surge uma solução efetiva. Nós cidadãos elegemos prefeitos e vereadores para que eles administrem a cidade e a vida do cidadão. Não deixar a cidade jogada às traças e o cidadão vítima da violência.

Muito obrigado. (Palmas)

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Muito obrigado. Convido o Sr. Luiz Castro, munícipe.

**O SR. LUIZ CASTRO** – Bom dia. Eu parablenizo o Fabrício pela grande quantidade de ações no centro, assim como o Rubinho. Estive presente na reunião passada.

Com a nova notícia dos 900 imóveis para quatro mil, eu queria ter acesso ao mapa também, porque venho representando uma rua específica e não sei dizer se está contemplada ou não. De antemão, eu digo que é a Rua do Triunfo, perto da Mauá, praticamente.

Quando se fala de incentivos para o centro, para revitalização e construção, acho super viável, plausível, esse é o caminho. Mas, hoje, a gente tem de locar os imóveis da região para pernoite. Às vezes, um quarto para três, quatro pessoas, a R\$ 50,00, por diária. Eu não sei eu tipo de meio que vamos conseguir desenvolver se a gente busca em alguns casos fazer

lançamento de retrofit, que está no Requalifica, vender apartamentos a 12, 15 mil reais, a unidade e, pode ser que o prédio do lado é um dos locais tendo quartos locados. Não sei qual é o valor agregado que a gente vai chegar nesse modelo.

Acho interessante a ampliação dos valores de isenção de IPTU, porque, realmente, também não faz sentido se não houver algo exponencial. Acho que é uma grande ferramenta que vocês têm nas mãos, para poder dar um *boom*. Acredito que a Santa Ifigênia inteira e um pouco dos arredores deveriam estar contemplados em relação a isso, porque, ou se cria um impacto favorável para a cidade, ou vamos ficar mitigando as coisas, mas eu não acho que aqui temos uma plenária para mitigar as coisas. É para realmente criarmos um impacto, com o apoio de vários Vereadores, fazendo a transformação.

A questão do tráfico de drogas não é a pauta, aqui, mas eu acho que ela está diretamente ligada. Tem de haver alguma coisa em paralelo, como feito na Frente Parlamentar, anteontem. Então, é uma somatória de ações. Estou otimista com a contribuição, mas já precisamos dar o próximo passo e há a ampliação, não só da área de isenção, mas também há a questão de ser 100% e, muitas vezes, até mais, porque, se você não tiver o apoio dos empresários que querem empregar as pessoas e trazer a vida saudável, não chega a ser nem um “cala a boca” para as pessoas. É o que sobra da migalha, para termos de nos virar em relação a isso.

Então, eu, como administrador de alguns imóveis da região do Centro, fico, também, à disposição. Parablenizo pela grande quantidade de ações que têm de ser feitas, mas têm de ser exponenciais, em larga escala, até em uma visão urbanista de qualquer pessoa que vocês chamarem para discutir sobre isso. Vocês têm o poder da caneta na mão e, com certeza, eu acho que vamos chegar a essa expansão e a esse valor integral – e até um pouco mais. Tenho certeza de que é viável para isso. Havendo próximas discussões, estaremos presentes, também, com algumas propostas.

Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Luiz. Sr. Mário Kamei, da

Rua das Motos?

**O SR. MÁRIO KAMEI** – Bom dia a todos. Sou Mário, da Associação Rua das Motos, o segmento situado ali, em todo o entorno da Rua General Osório e da Barão de Limeira. Eu tomei conhecimento, agora, dos imóveis contemplados nesse substitutivo e também com relação ao valor. De alguma forma, fiquei decepcionado com essa situação, porque um dos segmentos mais afetados no período em que o fluxo esteve ali, na Rua Conselheiro Nébias, com a Rua dos Gusmões, foi exatamente o nosso segmento, de motos. O nosso segmento de motos caiu em torno de 50 a 60% de faturamento. Os clientes que iam lá constantemente já não vão mais, por conta do risco, da insegurança da região. Por outro lado, também, com relação ao valor, considero irrisório, mas, da mesma forma como outras ruas e outros bairros foram contemplados, eu acho que nossa Rua General Osório, a Barão de Limeira e a Conselheiro Nébias deveriam ser contempladas.

O que acontece é que, de alguma forma, apesar de todo o prejuízo que nós tivemos, há proprietário de imóveis reconhecendo a queda de faturamento e, de alguma forma, concedendo descontos. Há relatos de proprietários que concederam em torno de 50% de desconto por um período de seis meses, para estar, de alguma forma, contribuindo, pela queda no faturamento, devido à situação.

Porém, a palavra de ordem do nosso segmento não é se lamentar pelo que já aconteceu, pelo que ocorreu. A palavra de ordem é reconstruir, juntar cacos e tentar nos levar ao patamar que já tínhamos anteriormente, fazendo ações na rua. Fazemos um tipo de premiação, um concurso de motos antigas.

No caso, atrairia público do segmento. Fazemos essas coisas para que possamos comercializar motos na região da Rua Santa Ifigênia, da Rua General Osório e da Alameda Barão de Limeira. Esse é o nosso intuito, no sentido de reatarmos o público que deixou de vir.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Mário. Convido o Sr. Fabio Redondo, do Pró Centro.

**O SR. FABIO REDONDO** – Bom dia a todos. Eu quero questionar o Thiago, para saber quais foram os critérios estabelecidos para determinar quem entra e quem sai. Pelo Pró Centro, pedimos o máximo de isonomia possível, para que não fosse injusto com ninguém. O que detectamos no mapa é que é extremamente discriminatório e injusto, porque você tem todo mundo da quadra, exceto um. Depois, é todo mundo da outra quadra, que fica ali, na Timbiras, exceto um. Na quadra, ali, da Barão de Limeira, da Vitória, da Gusmões, é todo mundo, exceto um local. Então, eu quero entender por que esses locais foram excluídos e por que há o critério de 10 mil reais como limite.

É o seguinte: se é percentual, é percentual. Não é possível que uma pessoa que pague 200 mil só tenha 10 mil de desconto e uma pessoa que tenha um IPTU de 20 mil tenha 100% no valor do desconto. Então, um vai ter 10 e o outro vai ter 100%. Ficam discriminatórios e injustos os critérios. Como primeira coisa, vamos tentar ser isonômicos em relação aos benefícios e em relação a quem entra e quem sai. É o mesmo caso o do Sr. Mário. Na quadra da Gusmões, entrou só o lado da Gusmões. Por que não o da General Osório? Assim, se é a quadra, é a quadra. É todo mundo da quadra. Então, acho que essa forma ficaria, pelo menos, mais isonômica.

A outra questão é a seguinte: pelo que eu entendi, foram beneficiados locais muito complicados. Foi beneficiado com 100% de IPTU o 67 da Guaianases. O 67 da Guaianases, vocês sabem, é onde apitam os celulares. É no 67 e no 50. Assim, se é para ter critério, precisamos ter algum critério que se estabeleça. Eu estou sendo tratado como um bandido e o bandido está tendo isenção. Assim, acho que talvez se deva ter um pouco o cuidado de conhecer o território, para tomarmos conta.

Outras pessoas vieram aqui. Por exemplo, o José Renato, que é do Shopping Aventura, veio a todas as audiências e fez um pedido. Tem o IPTU extremamente alto. Sofreu conosco. É vizinho, lá. Tocaram fogo no Bradesco, na esquina da Conselheiro Nébias com a Gusmões. Foi corre-corre, quebra-quebra. Tivemos de fechar os estabelecimentos. Nossos funcionários foram atacados.

Assim, vamos tentar ser isonômicos no benefício. Se é para entrar a quadra, é para entrar a quadra toda. Se é para ser o valor, é percentual. Não dá para haver limitador de valor, porque, senão, complica. Os grandes vão ficar sem benefício nenhum.

Obrigado. Desculpem-me por me alongar.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Sr. Fábio. Sr. Irwin Henry, da Associação Geral do Centro.

**O SR. IRWIN HENRY** – Olá a todos. Primeiramente, gostaria de um pouco de atenção. Ficam muitas conversas paralelas. As pessoas acabam não dando atenção.

Gostaria de agradecer ao Vereador Rubinho Nunes pela Frente Parlamentar que foi instaurada. Tem toda a minha estima. Gostaria de agradecer, também, ao Sr. Fabricio Cobra, por representar a Casa Civil e estar aqui.

Gostaria de estar feliz com o que foi proposto hoje, mas ainda não estou. Eu sei que sempre reclamamos, mas temos algumas coisas a dizer.

Quanto às audiências e à forma como são organizadas, primeiramente, tudo costuma ser marcado muito em cima da hora. Entretanto, é importante que, quando houver as audiências, saibamos de antemão, como vemos na agenda. Aí, mudam o horário a cada hora. Fica meio confuso para nós, que estamos aqui.

Então, eu gostaria de fazer um pedido. Gostaria muito de ser atendido. Eu gostaria que houvesse um morador representando cada rua ou cada quadra, bem como a presença de cada associação, como a USI e a Associação Geral do Centro. Eu acho que é perfeitamente possível isso. Fazer uma - não uma audiência pública no sentido de: Ah desabafo como muita gente vem aqui falar – Não! Para escutar as demandas um por um, antes de elaborar qualquer tipo de projeto e ser divulgado, dia anterior, uma ata ou algo assim. Foi o que me apareceu. Certo? Eu agradeço, de verdade, o Vereador Rubinho Nunes, a quem tenho muita estima; Secretário Fabrício Cobra; Thiago, desculpa não lembro o nome de todos. Então venho pedir isso. Sei que é muita gente para falar. Tudo bem, eu entendo. Então se é muita gente, não tem espaço. Moradores: extremamente importante. Um morador representando cada rua. Um ou

dois, no máximo; Associação, dois representantes de Associação. Escutem a gente. Porque esse mapa, qual foi o critério para ser elaborado? Nós não sabemos. Tem uma lógica! Acredito que tenha uma lógica, mas não sabemos. Então gostaríamos de saber disso. Essa é uma proposta que eu gostaria de fazer. Gostaria de saber se as pessoas aceitariam isso. Como disse meu amigo Luiz: vocês têm a caneta, nós não temos a caneta, mas temos o voto que possibilita que vocês possam usar essa caneta, inclusive, as cadeiras e a mesa. Gostaria que fosse levado isso em consideração. Muito obrigado!

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** - Obrigado, Sr. Irwin. Pergunto aos colegas se algum dos vereadores gostaria de manifestar? (Pausa)

Registro a presença do vereador Fabio Riva. Passo a palavra ao Vereador Sansão Pereira.

**O SR. SANSÃO PEREIRA** - Boa tarde, Sr. Presidente Rubinho Nunes; demais vereadores: Marlon Luz, Arselino Tatto, Fabio Riva, Rodrigo Goulart; moradores empresários, comerciantes, ONGs; todos que nos acompanham pela TV Câmara e pelo YouTube; cumprimento os Secretários da Comissão: Eliane, Inamar, Sidney; Consultores: Nilson, Carlos e Pedro; Secretário Fabrício Cobra, da Casa Civil; Denise, Chefe de Gabinete; Ricardo Moura, Assessor Executivo de Projeto Estratégicos; Thiago Salvioni, Subsecretário da Receita Municipal. Agradeço a presença de todos.

É importante dizer que a Prefeitura mapeou e analisou a área identificando a necessidade de isentar o pagamento do imposto dos imóveis prejudicados por conta da cracolândia. Com o compromisso sólido por parte do prefeito Ricardo Nunes em enfrentar essa questão de forma estratégica e consciente. Claro que essa audiência pública vai acrescentar e muito o que nós ouvimos, para poder fazer as devidas alterações. As alterações necessárias.

Quero aproveitar e dizer que protocolamos e tem, aproximadamente, 30 assinaturas pedindo que fosse acrescentado: Alameda Dino Bueno, 44; um trecho da esquina com a Praça Júlio Prestes e Rua Elvetia; Avenida Duque de Caxias, 925, esquina com a Praça Júlia Prestes e Alameda Barão Piracicaba. Temos, aproximadamente, 30 assinaturas e protocolamos. Foi

falado, inclusive, em audiência pública. Falei, novamente, com o Presidente, vamos retornar a falar com o Líder do Governo para incluir esse local, claro e reavaliar toda a situação.

Sabemos que nesses últimos 30 anos várias iniciativas já foram implementadas por diversas gestões: estaduais e municipais, para tentar acabar com esse problema, mas sem sucesso. Hoje com esse trabalho consciente, conseguimos enxergar uma luz no fim do túnel, uma solução no futuro próximo.

Quero expressar meu apoio às medidas do Prefeito Ricardo e afirmar que nossos esforços conjuntos: Executivo, Legislativo, moradores, comerciantes, empresários, ONGs, enfim, visam, não somente revitalizar o Centro, mas proteger os moradores, comerciantes e fazer o melhor pela população da cidade de São Paulo.

Então ao apoiar essa Lei 448 de 2023 e outras iniciativas semelhantes, estamos demonstrando nosso comprometimento com o bem-estar da cidade e dos moradores. Conte sempre conosco. Vamos, o máximo possível, dedicar, debruçar e ver o que podemos, juntos, contribuir e ajudar. Um abraço a todos!

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado Vereador Sansão. Passo a palavra ao Vereador Rodrigo Goulart.

**O SR. RODRIGO GOULART** - Quero cumprimentar a todos. Em nome do Executivo cumprimentar nossa Secretária Kiki; Secretário Fabrício Cobra; Thiago e todo time do Executivo. Parabenizar pelo esforço integrado que não só o Município, mas o Estado também tem feito em relação ao Centro.

Podemos concordar ou discordar de algumas medidas, mas acho que é uma boa oportunidade que o Centro tem, de realmente, ter o seu retorno. Vocês que são moradores, comerciantes do Centro sabem quantas tentativas houveram no Centro. Vários novos: Nova Luz, Novo Centro. Várias oportunidades tiveram, mas, infelizmente, vemos a realidade que hoje o Centro tem. Acho que essa é uma boa oportunidade que temos e nós temos de aproveitá-la.

Fica aqui meu posicionamento. Venho até discutindo, tanto com a Secretaria. Estava conversando com o vereador Líder do Governo Fabio Riva, sei que essa proposta virá agora

através da nossa Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. mas vejo algumas, não diria inconsistências, mas algumas dúvidas que nós temos da forma como foi abordado no mapa. Tenho propostas de emendas, assim como os vereadores: Rubinho, Sansão, Riva e os demais que compõem essa comissão e tantos outros que fizeram suas propostas, mas uma das minhas propostas é que pudéssemos tratar esses incentivos não selecionando, de alguma forma lógico serão apresentados os critérios, mas por quarteirão. Para aí, sim, nós termos uma medida, como disse o Fábio, isonômica, mas outro tipo de medida, o seguinte: bem definido o critério. É importante que a gente coloque isso mantendo alguns quarteirões, poucos imóveis que foram retirados da possibilidade de ter esse incentivo. Muitos falam benefício, mas eu acho que é um incentivo para o progresso do Centro, como tantos outros que foram aprovados aqui na Casa, discutido com a participação de importantes entidades como o Pro-Centro que gosto de destacar. PIU Centro, Requalifica, Retrofit. Por isso que eu digo que são várias medidas integradas. Mas não tenho dúvida de que algumas questões, da mesma forma como a retirada de alguns imóveis de alguns quarteirões, como a inclusão de poucos. Tem quarteirão aí que acabou sendo incluso um imóvel. Então fica difícil. Se é difícil para nós os 55 representantes do Legislativo entender, imaginem só para um morador, um comerciante. Comerciante que gera emprego e renda na região, são insistentes, persistentes e a gente pode até chamar de teimosos de ainda estarem ali, mas juntos, eles têm mais esperança ainda do que nós. Cumprimento e parabenizo cada um dos comerciantes pela insistência de permanecer no Centro. A gente sabe da dificuldade, mas estamos buscando mais esse incentivo para vocês continuarem persistindo no Centro.

Essa é pouco da minha dúvida. Não sou divergente. Estou no terceiro ano Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, mas meu primeiro mandato, quatro anos, fui membro da Comissão de Finanças e Orçamento, então sei da questão da responsabilidade fiscal que temos, mas é muito importante que transpareçamos a todos esses critérios e se possível deixarmos ainda mais claro e da melhor forma para quem realmente precisa desse incentivo, que são os moradores, os comerciantes lá do centro.

Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Vereador Rodrigo Goulart.

Passo a palavra ao Sr. Ricardo Moura, da Secretaria Executiva de Projetos Estratégicos.

**O SR. RICARDO LUIZ IASI MOURA** – Bom dia a todos e todas, primeiro agradeço a oportunidade de participar dessa audiência. Eu só queria esclarecer que foi utilizado aqui um critério bem objetivo e técnico, a partir do monitoramento da presença de usuários de drogas pelo programa Dronepol, que é um programa da secretaria municipal de segurança urbana, que faz o monitoramento diário, várias vezes por dia, tirando fotos das regiões. O critério que foi usado para a isenção total é a cenas de uso aberto de drogas contendo 100 ou mais pessoas, por 15 dias ou mais consecutivos ou não, dentro de um mesmo mês, no mesmo local, entre os meses de janeiro até agora em 2023. A localização seguiu esses critérios objetivos com base nas fotografias do Dronepol. Em relação aos valores, eu vou passar a palavra para o Thiago que vai poder esclarecer.

**O SR. THIAGO RUBIO SALVIONI** – Se puderem, por favor, colocar o mapa na tela, vai facilitar a nossa conversa.

- O orador passa a se referir a imagens exibidas na tela de projeção.

**O SR. THIAGO RUBIO SALVIONI** – Vamos tentar trazer um pouco mais de transparência que foi solicitada pelos senhores para deixar claro quais os critérios que utilizamos para chegar na nova versão do mapa. O Ricardo já explicou que a metodologia foi técnica para estabelecer as áreas com maior fluxo, naturalmente as mais prejudicadas eram aquelas contempladas na primeira versão do projeto. Lembro que na primeira audiência colocamos esse mapa para os senhores e o que mudou de lá para cá, com as críticas para ampliar esse perímetro, e pelo lado da Fazenda, com a missão de tentar equilibrar o tamanho da renúncia fiscal que vai ser gerada por esse projeto, tivemos uma nova conversa com a Secretaria de Projetos Prioritários e, além daqueles perímetros, onde as pessoas ficavam efetivamente foram passados outros perímetros adjacentes por onde essas pessoas circulavam com muita intensidade.

Por que, de fato, a gente estabeleceu 20 mil e 10 mil, 100%, 50%. Porque não é justo

transferir o mesmo benefício, vamos dizer assim, para uma região onde as pessoas ficam instaladas e para as outras regiões onde as pessoas circulam. Então, foi esse o critério de ter uma região que era essa de ter 100% do benefício para cá e as regiões adjacentes, 50%. Também limitamos o valor, antes não tinha limite nenhum, para agora 20 mil e 10 mil reais, é justamente para conseguirmos atingir mais pessoas com o mesmo potencial impacto de renúncia que poderíamos ter.

O que está destacado aqui, o que está em roxo, era a mesma coisa que já tínhamos destacado na primeira versão do PL, que são as pessoas que vão ter 100% de isenção de IPTU, limitado a 20 mil reais. Poxa, mas quantas pessoas estamos falando? Estamos falando de 943 imóveis, sendo que desses 943, 47 tem IPTU superiores a 20 mil reais. Então, é uma pequena exceção no volume de IPTU, com valor superior a 20 mil. Ou seja, que não vão aproveitar de todo o benefício e pagar zero. Essas pessoas vão ter um saldo residual a pagar, que pode sim chegar em alguns imóveis a valores bastante elevados. Mas, se a gente não fizesse esse filtro, não conseguiríamos abrir espaço para todos os demais 3.800 imóveis que entraram que. São todos esses da mancha azul clara, dos que estão na mancha azul clara, que são 3.883 imóveis, eles têm um benefício de 50% de isenção de IPTU, limitado a 10 mil reais. Desses 3.883, 152 imóveis tem IPTU superior a 20 mil reais. Por que eu estou falando de 20 mil?

Esses que tem o IPTU superior a 20 mil, como o benefício vai ser de 50%, limitado a 10 mil, eles não vão, vai ficar ainda algo além do que o benefício máximo que a lei prevê. Então 152 imóveis, com o desconto de 10 mil, ainda vão ter um IPTU superior a 10 mil para pagar nos exercícios de 24 e 25.

Por fim, para esclarecer a dúvida do Vereador Rodrigo Goulart e dos demais, por que numa quadra pulamos alguns? Não pulamos ninguém, está escrito na lei qual que é o critério objetivo para conceder o benefício, não é a quadra, é a face da quadra. Então se temos uma quadra, por exemplo, essa quadra aqui, estamos falando dessa face da quadra e não da quadra inteira, por isso, vários imóveis não estão sendo contemplados, porque por ali não houve fluxo.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. THIAGO RUBIO SALVIONI** – A face ficou na outra rua e todos os imóveis que estão pintados em vermelho também foram excluídos, de acordo com uma lei federal, que é o Estatuto das Cidades, que são imóveis que tem IPTU progressivo, ou seja, não estão cumprindo com a função social da propriedade e que pelo Estatuto das Cidades não podem receber nenhum tipo de benefício.

Esses foram os parâmetros utilizados. Quem está levando a maior fração de benefício são as pessoas das áreas delimitadas inicialmente por CEP, que foram as áreas onde o fluxo se instaurou. Quem está levando parcialmente o benefício são aquelas áreas por onde o fluxo caminhou, de acordo com os critérios técnicos de cep. Os critérios sempre foram em relação às faces de quadra e não a quadra como um todo. Levando em consideração também que, para evitar prejudicar e deixar alguém de fora, todas as quadras que fomos no perímetro, incluímos as quatro esquinas, decorrentes dessa face. Então, se estamos indo da esquina “a” até a esquina “b”, incluímos as quatro esquinas, os quatro imóveis das quatro esquinas correspondentes, para não correr o risco de cometer uma injustiça de que um imóvel que também está numa esquina com perímetro ficasse de fora.

Basicamente essas são as explicações que eu teria a trazer para esclarecer um pouquinho mais a questão do projeto.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Vou tentar implementar nas próximas audiências e próximos projetos, é que, às vezes, o tema é um pouco urgente e acaba demorando a chegar aqui na Câmara, e aí nós temos o cronograma da Casa, mas vou tentar colocar essa anterioridade e vou levar a sugestão também ao Executivo. Eu sei que o Secretário da Casa Civil tem sido bastante aberto a essas sugestões para que possamos tomar essas medidas.

- Manifestação fora do microfone.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Perfeito. Eu tento informar inclusive depois. Vamos conversar com os técnicos aqui para ver como ampliar. Tem a palavra o Líder do Governo, Fabio Riva.

**O SR. FABIO RIVA** – Bom dia a todos e a todas, parabênizo por mais uma audiência pública, com a presença de vocês. Estava assistindo de forma virtual. Eu queria só fazer uma ponderação, acho que vale aqui uma reflexão quando a gente fala de um projeto como esse. Do primeiro projeto, do original, para esse substitutivo da Comissão, tivemos um avanço na ampliação do número de imóveis. Às vezes pairam dúvida, mas gostei muito da fala do Thiago, que esclareceu a questão da face, que era uma preocupação e uma dúvida de muita gente, porque existiam aqueles dentes dentro do próprio perímetro. Mas a minha fala é até por experiência de causa. Muitas vezes acham que alguns projetos são terminativos, quando a Câmara Municipal aprova e o Prefeito sanciona: é aquele perímetro, é aquilo lá e terminou, não tem mais como discutir. Trago à baila, à discussão, até na presença do Secretário Fabrício Cobra, que nós, no ano de 2021, votamos aqui o projeto do Triângulo SP, que concede incentivos fiscais para promoção de diversas atividades no centro da cidade, ou melhor, em quatro ruas. Temos ainda uma última e derradeira audiência pública para ser realizada quiçá na próxima semana. Já fiz solicitação ao Presidente Rubinho para que faça o chamamento dessa audiência pública, momento em que estamos ampliando o perímetro do Triângulo. Isso mostra que o Executivo, ao encaminhar um projeto, ouve a sociedade, mesmo depois de ela entender que o projeto aprovado e sancionado seja terminativo. Muito pelo contrário: agora, o Triângulo vem com uma nova proposta.

No caso específico que tratamos hoje, do projeto da cracolândia, nosso primeiro passo é que isso é uma medida paliativa. Isso tem que ficar muito claro. Os esforços do governo são de a gente, cada vez mais, darmos o pertencimento para aqueles que já estavam no centro exercendo suas atividades econômicas e morando. E que a gente minimize cada vez mais o impacto da cracolândia naquela região, dando atendimento a quem precisa, prendendo quem faz o tráfico e melhorando a vida dos cidadãos e dos comerciantes e moradores.

Então, deixo para reflexão, até por experiência, que hoje o projeto avançou. Temos que reconhecer alguns avanços com essas explicações. Mas, se for necessário, *a posteriori*, revermos isso, como foi feito com o projeto do Triângulo, não vejo problema nenhum, até porque

o Prefeito Ricardo Nunes tem essa sensibilidade de, até depois de aprovado o projeto e ter implantado uma lei, a gente poder ampliar, agora nesse projeto do Triângulo SP, os benefícios para outras atividades mais, para outras ruas, pegando por exemplo a Avenida São João, cujo perímetro ampliamos.

Tudo isso, penso que vale como reflexão sobre termos avançado. Quero parabenizar o Thiago, na Secretaria da Fazenda, que faz um trabalho que não é fácil. Falei com o Thiago nessas últimas semanas quase diuturnamente. A Câmara fez uma proposta; não é Rodrigo? Vimos traduzido aqui e até desenhamos de forma muito intuitiva, de pegar quadra. O Rodrigo até desenhou aqui, fizemos assim, riscamos as quadras. O Rodrigo até desenhou, fizemos assim, olhem. (Vereador exhibe folha de papel diante dos presentes). Riscamos as quadras e falamos assim: “Aqui vai ter um limite de 20 mil; aqui, de 10 mil”. Mas nos esquecemos de que a Fazenda tem alguns critérios técnicos. Inclusive esses, com manchas em vermelho, são aqueles que não exercem a função social da propriedade, por isso não podem ter o benefício.

Então, minha fala é nesse sentido. Os projetos podem ser aprimorados mesmo depois de sancionados e virarem lei. Fica a minha fala no sentido de cada vez mais podermos aprimorar, e a Câmara Municipal tem esse papel importante. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Líder Fabio Riva. Quero destacar também que o substitutivo da Comissão contempla o nosso amigo, Vereador Sansão Pereira, como um dos coautores. Tem a palavra o Secretário Fabricio Cobra.

**O SR. FABRICIO COBRA ARBEX** – Só para comentar, Vereador Rubinho, na linha do que o nosso Líder Fabio Riva falou, que o Prefeito Ricardo Nunes já autorizou que na lei do Triângulo, ele mesmo pediu que a gente faça estudos para ampliar os benefícios, para que não fiquem restritos aos calçadões, olhando as atividades. Então, tem muita gente participando: a Associação Comercial, entidades, o Pro-Centro. Há muita gente trazendo ideias e sugestões para que a gente tenha também um olhar para as atividades que estão nessa região central. Que também se ampliem os benefícios não só dentro do calçadão, mas também que se veja a região central e a da Santa Ifigênia, que é uma região que está sendo olhada com muito carinho. Então,

ele já autorizou que o Executivo, com os Vereadores, amplie esses benefícios.

A equipe que está aqui – tanto o Thiago como o Ricardo – vai falar com os Vereadores, tirar alguma outra dúvida que os próprios Vereadores trouxeram em relação ao critério que foi usado.

Outra questão é a do IPTU progressivo, que o Vereador Rubinho me perguntou. O Thiago foi claro: há uma lei, o Estatuto da Cidade, que não permite conceder o benefício; mas a gente já autorizou o Executivo a pensar em uma ideia sobre esses imóveis; de repente, uma janela de oportunidade para apresentar algum projeto. Estamos fazendo reunião com a Secretaria de Licenciamento e Urbanismo, que cuida do tema. A Fazenda executa uma decisão, mas quem diz que o imóvel não tem finalidade econômica, que não atingiu o uso de função social é a Secretaria de Licenciamento e Urbanismo. Então, a gente está juntando as áreas para entender como a gente pode trabalhar esse tema. Sei que há pessoas aqui que abordaram a gente na outra vez, mas é que não dá para trabalhar via benefício de IPTU, porque o Estatuto da Cidade veta. Então, a gente vai trabalhar em cima de outro lado. Vamos ver o que a Secretaria de Licenciamento decidiu para dizer que não está ocorrendo a finalidade social, porque a Fazenda só executa uma decisão da outra Secretaria. Então, a gente está juntando e fazendo um trabalho para que a gente ache uma solução que, se precisar de alguma alteração de lei, a gente usa a próxima lei, que é a Lei do Triângulo, para fazer. Então, esse assunto não está esquecido; ele só não pode ser resolvido via benefício porque tem uma vedação.

Outra questão. O Prefeito já determinou que a SP Urbanismo, a Secretaria de Licenciamento e Urbanismo e a Sub Sé trabalhem com as ruas temáticas do centro e pediu para começar com as duas ruas da Santa Ifigênia: a Rua Santa Ifigênia e a Rua General Osório, rua das motos. Então, a gente vai chamar vocês para pormos em prática o projeto da requalificação urbana das duas ruas. Embora haja outras temáticas - Ruas das Noivas, Rua das Ferramentas, Vinte e Cinco de Março - ele pediu para dar prioridade a essas duas ruas, até por tudo aquilo que tem acontecido ali.

É isso. E a equipe vai estar aqui à disposição. O Ricardo e o Thiago vai conversarmos

um pouco com os Vereadores, passar para tirar algumas dúvidas, e aí a gente avalia. Os Vereadores vão fazer a avaliação que cabe a eles, ao Legislativo, sobre essa questão. Mas é isso, Rubinho, em complementação, na linha do que o Líder de Governo Riva falou. Obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Rubinho Nunes)** – Obrigado, Secretário Fabricio Cobra. A questão do IPTU progressivo, para mim, e acho que para os moradores do centro, é uma questão bastante cara, bastante importante porque, na minha leitura, por mais que o Estatuto da Cidade aponte, da forma como ela praticada hoje, ela tem caráter expropriatório. Uma pessoa que entra no IPTU progressivo infelizmente não consegue sair. Se me permite a sugestão, Ricardo e Thiago, na minha interpretação do Estatuto da Cidade não é permitida anistia e isenção, mas nada se fala quanto à remissão. Então, a proposta que eu trago, que era uma emenda que eu inclusive iria apresentar hoje, é que para os proprietários de imóveis que apresentem uma proposta de utilização do imóvel no prazo de um ano, que seja concedida a remissão da dívida para esses imóveis caso eles cumpram o protocolo apresentado. Fica a sugestão para os senhores.

Agradeço a presença de todos: dos Vereadores, da Casa Civil, dos Secretários, dos representantes do Executivo e do público presente. Coloco-me à disposição, assim como os demais Vereadores. Nada mais havendo a ser tratado, dou por encerrada esta audiência pública da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente. Tenham todos uma ótima tarde. (Palmas)